

**“Vai depressa, que houve uma revolução. Não vou, estou de licença!”:**

## **Mansores (Arouca) antes, durante e depois de abril de 1974**

José António Rocha

Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP)

jose.ant.rocha@gmail.com

### **Introdução**

Pretendemos neste estudo resgatar e registar memórias, trabalhar fontes e produzir conhecimento sobre a receção do golpe militar de 25 de abril de 1974 na freguesia de Mansores (Arouca), à época uma comunidade rural, e os efeitos locais da mudança de regime então ocorrida.

À partida para este trabalho tínhamos produzida uma monografia<sup>1</sup> de Mansores e, motivados pelo tema do VII Congresso de História Local, lançámo-nos num primeiro passo aos conteúdos já recolhidos e processados nessa obra e que versassem sobre o tema do 25 de abril em Mansores. As fontes que compulsáramos devolveram-nos abundantes e interessantes registos acerca da reação social e política local (i.e, ao nível específico da freguesia) aos regimes saídos da revolução de 5 de outubro de 1910 e do golpe militar de 28 de maio de 1926, mas um aparente silêncio a respeito da revolução de abril de 1974 e dos meses que se seguiram. Não encontramos registos locais dos entusiasmos então havidos na Capital e noutros burgos da nação. Considerando as fontes identificadas, a comunidade parecia ter sido indiferente à revolução. Glosando o tema do congresso, “A revolução Terra a Terra”, era como se a revolução não tivesse chegado àquela terra. Pusemo-nos a escavar um pouco mais fundo e revisitámos as fontes; o que desenterrámos, o que descobrimos e procurámos contextualizar e interpretar é o que se segue.

## **1. ANTES**

### **1.1. Tempos de caldo e côdeas (para uns, não para todos)**

Em 1950, o médico e cientista Egas Moniz publicou um livro de memórias intitulado “A nossa casa” no qual narrou uma viagem ocorrida pelo ano de 1876 quando os seus tios Augusto e João António, acompanhados pelo Manuel *Canastreiro* de Mansores, foram a cavalo de Rossas (Arouca) ao Porto. Nessas memórias refere Egas Moniz:

---

<sup>1</sup> José António ROCHA, *O livro de Mansores*, Mansores, Bucólica, 2024. No prelo.

“Os três cavaleiros partiram [de Rossas] muito cedo e fizeram viagem apressada. Passaram o rio Arda com prudência, pela ponte da Cela, ao tempo de madeira. O gado suportou a custo a subida do Borrallheiro, íngreme e de mau piso. Depois a comitiva recreou a vista pelo aspeto e situação de Mansores, linda aldeia que alegra a subida da serra do Castelo e que o sol fazia realçar em lucilações de variados tons.”<sup>2</sup>

Sensivelmente um século depois desse ano de 1876, em 1974 a ponte da Cela já era em pedra, e a estrada nacional que, atravessando-a, seguia de Arouca para as cercanias do Porto, passando por Mansores, era percorrida pela *camioneta da carreira*. Mas não havia uma única fábrica nem empresas do *setor terciário* em atividade na freguesia, ou trabalhadores da administração pública. A povoação, que, quando do Recenseamento Geral da População de 1970, era de 1.192 residentes, ocupava-se maioritariamente na Agricultura e na Silvicultura. O cultivo das terras fazia-se em minifúndio e policultura, com os campos de regadio cultivados em regime rotativo de campo-prado. À entrada para os anos 70 havia um único trator na freguesia.

Agostinho Gomes da Rocha (1922-2016) veio para Mansores como criado de servir, teria cerca de nove anos. O pai emigrara para o Brasil e o Agostinho, que não chegara a ir à escola, foi posto pela mãe a servir num primeiro patrão, que lhe bateu, e o Agostinho fugiu; então, a mãe pô-lo a servir num outro patrão, em Mansores. Ali cresceu, como *criado de servir*, e é essa a designação da sua profissão inscrita no seu registo de casamento, ocorrido em 1946.

A 6 de maio de 1936 terá possivelmente assistido às palavras de D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Porto, na visita pastoral que fizera à freguesia. O prelado, ao despedir-se dos fiéis, “manifesta o seu contentamento, a boa impressão que leva de Mansores, louva o sr. Abade pelo seu apostolado em favor do bom caminho das almas, terminando por desejar a paz nos lares ‘onde nunca falte um caldinho quente a fumar e um bocadinho de pão saboroso’”.<sup>3</sup>

Dois anos depois, numa entrevista que seguramente Agostinho não leu, até porque era analfabeto, um outro António afirmaria: “nas aldeias, ou nas pequenas vilas, a miséria total é mais rara. Deixa-se às vezes de trabalhar, mas deixa-se raramente de comer. Não

---

<sup>2</sup> Egas MONIZ, *A nossa casa*, Lisboa, Paulino Ferreira, imp. 1950, p. 140-117.

<sup>3</sup> *Defesa de Arouca*, n.º 539, 16-05-1936, p. 3.

há dinheiro, falta, por vezes, a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo”.<sup>4</sup>

O caldo, muitas vezes limitava-se a água e couve galega. As côdeas, o pão, naquela zona do país fazia-se essencialmente com farinha de milho. Por ordem do patrão, Agostinho chegou a contrabandear aquele cereal<sup>5</sup> no período do racionamento de bens decretado pelo Estado em 1943. O patrão lucrou muito com o contrabando e com a exploração dos criados. E investiu o lucro<sup>6</sup>. E gozou-o: por esses anos, nalguns estios Agostinho foi, a pé à soga dos bois, levar a família do patrão a Espinho, quando esta ali passava temporadas de férias. Numa das vezes partiram num sábado pelas 4 horas da tarde e chegaram a Espinho ao amanhecer do dia seguinte<sup>7</sup>; e depois de uma pausa para descanso dos bois e algum alimento, bois e criado regressaram a Mansores.

Por esses anos, em Coimbra era inaugurado o Portugal dos Pequenitos. Ignoramos se Agostinho lá entrou alguma vez, mas sabemos que passou a maior parte da vida dentro do *Portugal dos pequenitos* do qual aqueloutro se erigiu como réplica miniatura e, mesmo não sabendo ler nem escrever, subscreveria o sugestivo lema ali inscrito: “O trabalho é o pai da felicidade. Deus dá sempre a quem trabalha”.

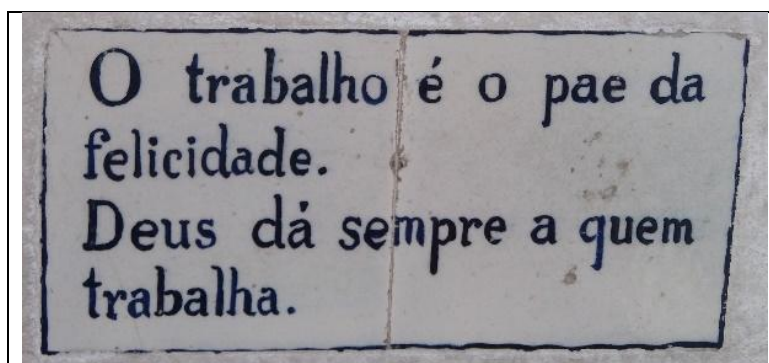


Fig. 1 – Inscrição numa das casas do Portugal dos pequenitos, em Coimbra. Foto do autor.

Agostinho casou, pois, e gerou 10 filhos. Um deles, nado-morto por falta da adequada assistência médica, carregou-o cadáver numa caixinha de madeira, indo de casa até ao cemitério, por carreiros e caminhos de carro de bois. Nesse dia chorou. Os outros nove filhos, por asseados que os pais os trouxessem, foram, como tantas outras,

<sup>4</sup> António de Oliveira Salazar, em entrevista a António Ferro, em 1938. Apud. Fernando ROSAS, *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, S.l., Círculo de Leitores, 1994, p. 15.

<sup>5</sup> Nessa altura o milho contrabandeado “dava a 120 escudos o alqueire, pagavam-no a 120 escudos o alqueire. E ele aqui era pr’ái a 16 ou 17.” ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar*, p. 99.

<sup>6</sup> Certa ocasião o patrão pediu ao Agostinho que lhe guardasse um pacote por alguns dias. Quando o foi reaver, disse ao criado ““Olha que tinhas aí lá pra 300 contos.’ Foi quando comprou uma casa no Porto com aquele dinheiro”. ROCHA – *Nós, se fôssemos a contar*, p. 100.

<sup>7</sup> ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar*, p. 100-101.

“crianças meias nuas e descalças, mesmo em pleno inverno, que trabalhavam desde pequenas, tornando-se uma mão de obra imprescindível para os seus pais. Percorriam quilómetros a pé, como os adultos, cuidavam do gado, apanhavam mato para os currais, ajudavam a cavar as terras, a transportar pedra para os muros e casas, ou seja, dentro das suas limitações físicas faziam tudo o que os adultos faziam, trabalhando praticamente o mesmo número de horas.”<sup>8</sup>

Os filhos foram saindo cedo de casa, uns para servir, outros para serem *apadrinhados* por tios estéreis. Uma das filhas emigrou para a República Federal da Alemanha. Só três deles completaram os 18 anos ainda residindo em casa dos pais.

Em junho de 1971 o filho António embarcou para a guerra, para servir em Angola. Antes do embarque, veio a casa despedir-se da família. No fim, o pai e o irmão Nelson acompanharam-no até às imediações do lugar. Nesse dia Agostinho voltou a chorar. Em janeiro de 1972, estava o António em Angola, e também o Nelson partiu para o serviço militar.

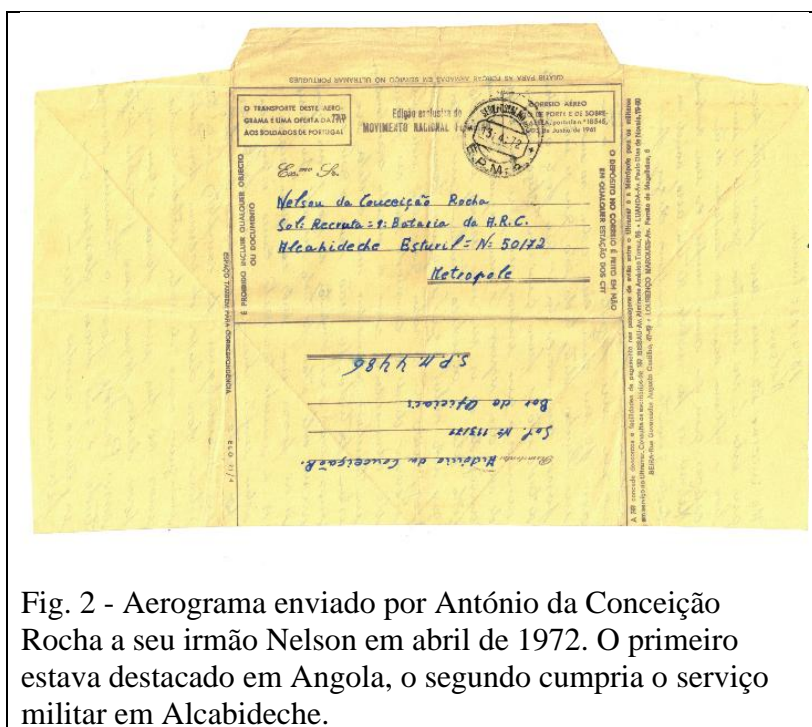


Fig. 2 - Aerograma enviado por António da Conceição Rocha a seu irmão Nelson em abril de 1972. O primeiro estava destacado em Angola, o segundo cumpria o serviço militar em Alcabideche.

A construção da memória social tem os seus paradoxos: criou-se e enraizou-se nalguns cidadãos, mesmo tendo vivido em condições de pobreza como as que apontámos, e

<sup>8</sup> Maria Alice SAMARA; Raquel Pereira HENRIQUES, “Breves retratos de Portugal no tempo de Salazar”, in *Circular Informação*, Associação de Professores de História, Setembro 2014, p. 17.

persistiu, localmente em Mansores e não só, uma memória mitificada e etiológica com narrativas como aquela que afirma ter Salazar vivido consagrado ao País e morrido pobre, deixando os cofres cheios de ouro, uma espécie de síndrome de Estocolmo reforçada pela narrativa de que depois vieram *comunistas* e *socialistas* que desbarataram a riqueza do país. Esta memória ignora, por exemplo, que “cerca de 60% do salário dos moçambicanos a trabalhar, forçadamente, nas minas de ouro da África do Sul era entregue diretamente em ouro ao Estado Português, e o estado pagava uma parte aos trabalhadores, em moeda local, vindo o resto direto para os cofres da metrópole”<sup>9</sup>. E ignora que as ditaduras, como foi o caso do Estado Novo, são altamente corruptas; a propósito, testemunhou-nos Domingos da Conceição Moreira (n. 1946), mansorense destacado para Moçambique na Guerra Colonial que aqueles foram tempos bons para muitas das altas patentes militares, que em cada comissão de dois anos ganhavam para comprar um apartamento em Lisboa; havia roubos de bens nos quartéis... usava-se de sobrefaturação, desviava-se de combustível..., etc.<sup>10</sup>.

## **1.2. Tempos de guerra e repressão**

A célebre propaganda “Livro-vos da guerra, mas não sei se vos livro da fome” a respeito da II Guerra Mundial terá então gerado sentimentos de gratidão em muitos cidadãos que, anos mais tarde, entre 1961 e meados da década seguinte, viram os seus filhos compelidos a dedicar três a quatro anos de vida ao serviço das Forças Armadas, muitos deles em cenário de guerra nas então designadas províncias ultramarinas, muitos perdendo a vida. Nascidos em Mansores, 58 jovens militares estiveram destacados em Angola, Moçambique e Guiné entre 1961 e 1975. Antes deles, nos anos 50, dois conterrâneos haviam servido na Índia e um cumprira o serviço militar em Angola. Um outro foi destacado para São Tomé e Príncipe.

Ao contrário do que ocorrera na Grande Guerra, não houve mortos entre os jovens de Mansores destacados para a Guerra Colonial, o que foi tido como uma graça, mas “noivas ficaram por casar”. Há memória de alguns destes combatentes terem sido

---

<sup>9</sup> Raquel VARELA, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1975-75*, Lisboa, Bertrand, 2014, p. 22.

<sup>10</sup> Este testemunho, empírico, é certo, não destoa de referências como as que referem que “a maior parte dos generais eram jovens oficiais dos anos 30 (...) com alguma fortuna, vivendo sobretudo em Lisboa, tinham pouca experiência de África, mas comandavam e tinham interesses económicos em empresas do Estado ou privadas”. António BARRETO, *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal, 1974-1976*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987, p. 33.

gravemente feridos em combate, como é o caso de Manuel da Silva Neves Moreira, filho de António da Silva Neves<sup>11</sup> (1892-1970), heroico combatente na Grande Guerra. Quer para os que embarcaram, quer para os que os viram partir, a experiência desta guerra foi dramática e intensa. Há memória de que toda a comunidade sofria sempre que corria notícia de que as Forças Armadas tinham convocado mais um soldado para a guerra. Enquanto serviam no Ultramar, os soldados mantinham-se em ligação com a terra através de correspondência regular, alguns casaram nessa altura por procuração, muitos criaram amizades e camaradagem que ficaram para a vida. Alguns admitem que por lá tiveram uma *boa vida*, por exemplo, cumprindo funções como padeiros, cozinheiros ou condutores, com vida de quartel e de cidade, sem ter chegado a ir para o mato. Para vários deles a guerra foi uma oportunidade para romper com o destino e os limites da aldeia e ganhar mundo.

A apreensão e o sofrimento da comunidade, consequência da Guerra, podem bem enquadrar-se neste testemunho de Jorge Wemans:

“Eu fiz vários ‘campos de férias’ com malta dos liceus, no interior do País. Quando percorríamos as aldeias e falávamos com as pessoas aldeãs sobre a guerra, era simples, era só perguntar onde é que estavam os filhos e as conversas apareciam com naturalidade sobre a dificuldade de cultivar os campos. As duas grandes realidades eram a emigração e a guerra. E as pessoas estavam revoltadas contra a guerra.”<sup>12</sup>

Quanto a episódios de repressão política sobre a liberdade de expressão, ação e organização que tivessem ocorrido localmente, na freguesia, durante o Estado Novo, não encontramos o seu registo. A natureza rural e periférica da comunidade, a presença da autoridade do regedor e do pároco, a ausência de outras instituições locais, que não a Junta de Freguesia e a Paróquia, explicam-no em parte. Porém, o contraste com a Primeira República e com os anos da ditadura militar que antecedeu o Estado Novo é claro e não sabemos explicá-lo: nessas duas décadas, Mansores foi a única freguesia do concelho a ter um subposto da Guarda Nacional Republicana (GNR), com militares ali residentes e episódios de repressão sobre alguns fregueses; a luta entre fações políticas

---

<sup>11</sup> Arquivo Histórico Militar, Boletins individuais do CEP, ref.ª PT/AHM/DIV/1/35A/2/43/40257.

<sup>12</sup> AAVV, *25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições*. Coord. Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 2024, p. 35-36.

foi recorrente e registaram-se vários conflitos eleitorais e a invasão de uma assembleia de voto pela GNR<sup>13</sup>; o pároco, resistente à proposta de pensão do Estado, recebeu diversas ameaças, inclusive o lançamento de uma bomba à sua residência, etc.

Não há memórias social de ter havido em Mansores expressões de resistência e luta contra a ditadura ou de oposição pública à guerra. Nem de casos concretos de informadores da PIDE/DGS. Note-se, ainda assim, que localizámos o registo de um mansorense que colaborou com a PIDE/DGS: Manuel Moreira Ferreira (n. 1927), que foi inspetor daquele organismo do regime, não na Metrópole, mas em Angola<sup>14</sup>.

## 2. DURANTE

### 2.1. O dia da revolução e os meses do período revolucionário

Em abril de 1974 Nelson da Conceição da Rocha (n. 1951) servia o exército português, integrado na Regimento de Artilharia de Costa, no Quartel de Oeiras. No dia 25 desse mês estava de licença em Mansores. Enquanto de madrugada uma coluna militar saída da Escola Prática de Cavalaria de Santarém se dirigia a Lisboa a fim de virar o regime, este militar de licença dirigia-se, acompanhado pelo irmão de 13 anos e pelos bois da família, para um dos campos que faziam de renda, a fim de virar a terra. Na manhã desse dia “... andavam o Nelson e o Abílio a lavrar no campo dos Preseirões e a Maria Júlia veio das Agradar dar a notícia de que houvera uma revolução, e disse ao Nelson, que na ocasião estava de licença da tropa: ‘Vai depressa!’, ao que este respondeu: ‘Não vou. Estou de licença!’”.<sup>15</sup> E não foi mesmo. Só se apresentou no quartel quando terminou a licença<sup>16</sup>. Eis o bucolismo de um jovem soldado de mãos nas *cabritas* do arado a lavrar a terra, a mais de 300 km de distância de Lisboa, no exato momento em que seus camaradas de armas tomavam a capital na revolução que não menos bucolicamente se designou de *revolução dos cravos* e que para muitos é *o dia mais importante da história de Portugal*<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. *Defesa de Arouca*, n.º 14, 03-04-1926, p. 1-2.

<sup>14</sup> *Relação dos agentes, pessoal administrativo e auxiliar da Ex-PIDE/DGS*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos, 1975, p. 50.

<sup>15</sup> ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar*, p. 57.

<sup>16</sup> Em entrevistas que lhe fizemos, contou-nos que, regressado ao quartel, nos primeiros tempos participou com os seus camaradas em várias ações de recolha de bens em edifícios que não recorda se eram da PIDE, mas o que bem recorda foram os meses que se seguiram aos acontecimentos de Abril, marcados por relaxamento da disciplina militar nos quartéis, furtos de armas, munições e géneros alimentares, etc.

<sup>17</sup> Segundo uma sondagem publicada pelo jornal *Expresso* a 19 de abril de 2024, para 65% dos portugueses “25 Abril é o dia mais importante da história de Portugal”. Estes resultados são duvidosos, dado o *timing* em que foi feita a inquirição (vésperas do cinquentenário da revolução) e, mais, se nos lembrarmos que em 2006 numa votação aberta promovida pela RTP António de Oliveira Salazar foi

Aquele *dia inicial inteiro e limpo* e o seu rescaldo contaram, porém, com a participação ativa de jovens militares que se vieram a ligar a Mansores. Natalino Oliveira Ferreira da Silva<sup>18</sup>, que entrevistámos a 24 de abril de 2024, estava, 50 anos antes, ao serviço na Base Naval de Lisboa, vulgo Alfeite, onde cumpriu a maioria dos seus 51 meses de serviço militar. Conseguiu livrar da ida à guerra, graças à intervenção de um *padrinho*, e tirar a especialidade de motorista. Na manhã de 26 de abril de 1974 conduziu um autocarro com cerca de 40 marinheiros que integraram o destacamento da Armada que atravessou a Ponte Salazar em direção à Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, para ajudar à rendição da PIDE/DGS. Quando chegou a Alcântara, só circulavam viaturas militares. Durante o resto da manhã e início da tarde fez várias viagens entre a Rua António Maria Cardoso e a prisão de Caxias transportando no autocarro dezenas de colaboradores da PIDE/DGS, algemados. Um deles, lembra, chorava e evocava ter dois filhos e temer o que lhe poderia acontecer. Uma imagem que guarda muito fresca na memória é a do contraste entre a tristeza dos que entregava algemados em Caxias e a alegria dos que dali saíam em êxtase; uns a ser libertados, outros a ser aprisionados.

Regressemos a Mansores. A notícia do golpe militar chegou à freguesia através do rádio. Segundo testemunhos orais que recolhemos (não há registos textuais, sonoros ou gráficos coevos), o sentimento foi de apreensão e temor. “O povo ficou assustado...”, “Ai, Jesus...”, suspirava-se, segundo nos relataram. Nada que se assemelhasse aos festejos havidos nas grandes cidades. António Fernando Pereira Miranda (n. 1964) era uma criança de 10 anos em abril de 1974. Frequentada a 4.<sup>a</sup> classe na escola da Serra da Vila, inaugurada no ano em que nascera. Segundo testemunhou, no dia 25 de abril,

“levava o leite ao posto e tive informação (...) que tinha havido uma revolução em Lisboa (...) essa revolução, de certa maneira, dizia a senhora, era uma guerra civil e tinha interferência direta na cidade do Porto. Eu (...) tinha familiares na

---

votado como o maior português de sempre, com 41% de votos, seguido de Álvaro Cunhal, com 19,1% de votos (Programa Grandes Portugueses, cuja final decorreu na noite de 25 para 26 de março de 2006, cf. <https://www.rtp.pt/programa/tv/p21257>).

A este propósito, temo-nos deparado com historiografias que, mesmo validadas por entidades públicas, deixam muito a desejar quanto ao seu rigor, e.g.: “O 25 de Abril de 1974 foi o acontecimento mais relevante na história do último quartel [sic] do século XX português, a partir do qual o país passaria a estar assente em princípios como o da Democracia, garantido assim os Direitos Humanos, que incluíam a Liberdade nas suas diversificadas formas: liberdade de opinião e de expressão, ao trabalho, acesso educação, entre outros, e acima de tudo, direito à vida.” Texto divulgado no *website* do Museu Municipal de Vila Franca de Xira e acessível em <https://www.museumunicipalvfxira.pt/pages/6936> [consult. 19-05-2024].

<sup>18</sup> Nasceu na vizinha freguesia de Fajões, mas em 1977 casou em Mansores, onde reside desde então.

altura na cidade do Porto (...) Esses familiares estavam em perigo, que ia acontecer uma revolução no Porto e iam destruir a ponte D. Luís. O exército (...) tinha ordens precisas para bombardear a ponte D. Luís (...) Isto criou grande celeuma dentro da família, preocupação (...) e depois na passagem por casa de um familiar que na altura tinha televisão, a primeira coisa que constatámos é que o televisor dizia ‘última hora’ e essa era uma mensagem muito forte (...)”<sup>19</sup>.

Nos tempos que se seguiram à revolução, o país, desde os grandes centros às pequenas aldeias, foi *invadido* por múltiplas iniciativas de sensibilização cívica e política: ações de esclarecimento do Movimento das Forças Armadas, comícios de partidos políticos, artigos de opinião na imprensa sobre política, liberdade e democracia, pinturas murais, etc. Não consta que em Mansores tenha havido ações públicas neste sentido, mas lembramo-nos dos apelos ao voto e de siglas e acrónimos de partidos políticos que permaneceram por anos pintados em paredes e portas da freguesia. A *libertação* foi sentida, sobretudo no que toca ao fim da Guerra.

Mas se do impacto imediato na freguesia não se fala, também ao nível do concelho parece que as *novas* já chegaram *velhas*. É que o único jornal em publicação no concelho e, portanto, o que mais penetração tinha nas casas da freguesia, o semanário *Defesa de Arouca* – fundado em 1926 e alinhado com o regime –, com publicação aos sábados, omitiu qualquer menção à revolução na sua edição de 27 de abril<sup>20</sup>. Os artigos e as publicidades dominantes da edição prendem-se com a agricultura. Na p. 4 há uma caixa com alusão ao “Concelho [*sic*] de Ministros” de 23 de abril presidido pelo Prof. Dr. Marcelo Caetano.

Só a 4 de maio o jornal noticia a revolução, sob um editorial “Viva Portugal!”<sup>21</sup>, claramente defensivo e sem qualquer comprometimento ideológico com a nova ordem. Assume que “muitas vezes aplaudimos os servidores do regime deposto nas inúmeras medidas que adotou de inegável vantagem para o progresso do País e bem-estar da grei portuguesa, não esquecendo os benefícios dispensados ao próprio concelho.” Espera que a nova situação possa gerir “um surto de progresso ainda maior” e “que prossiga no mesmo ritmo, o processo de desenvolvimento e prosperidade da pequena pátria que é

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida à associação 4540 Jovem, disponibilizada em <https://www.facebook.com/4540jovem/videos/787338776657191>

<sup>20</sup> *Defesa de Arouca*, n.º 959, 27-04-1974.

<sup>21</sup> *Defesa de Arouca*, n.º 960, 04-05-1974, p. 1

esta nossa terra – a nossa Arouca bem amada” (sublinhados nossos). A edição de 4 de maio publica ainda o programa de ação da Junta de Salvação Nacional.



Fig. 3 - 1.ª página da *Defesa de Arouca* de 27-04-1974



Fig. 4 - 1.ª página da *Defesa de Arouca* de 04-05-1974

## 2.2. O comportamento cívico, político e eleitoral

Após a revolução de Abril, os executivos autárquicos foram-se demitindo ou sendo demitidos, mas alguns demoraram vários meses a sê-lo. As atas das sessões da Junta de Freguesia de Mansores de 1974 nada dizem da revolução. A Junta continuou a reunir após abril, se bem que com menos frequência, mas sem fazer qualquer registo acerca da mudança de regime. E só a 5 de dezembro de 1974 tomou posse a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, presidida por Sebastião da Conceição Martins. Houve somente uma pequena polémica na formação da Comissão Administrativa, porquanto a 4 de janeiro de 1975 a *Defesa de Arouca* publicou um texto intitulado “*Progressismo a mais na Comissão Administrativa de Mansôres? Assim o afirma o senhor António Ferreira da Rocha*” em que consta que o dito António Ferreira da Rocha teria sido inicialmente indigitado, mas depois afastado da Comissão Administrativa. Esta comissão cessou funções após as primeiras eleições livres para a Assembleia de Freguesia, realizadas a 12 de dezembro de 1976.

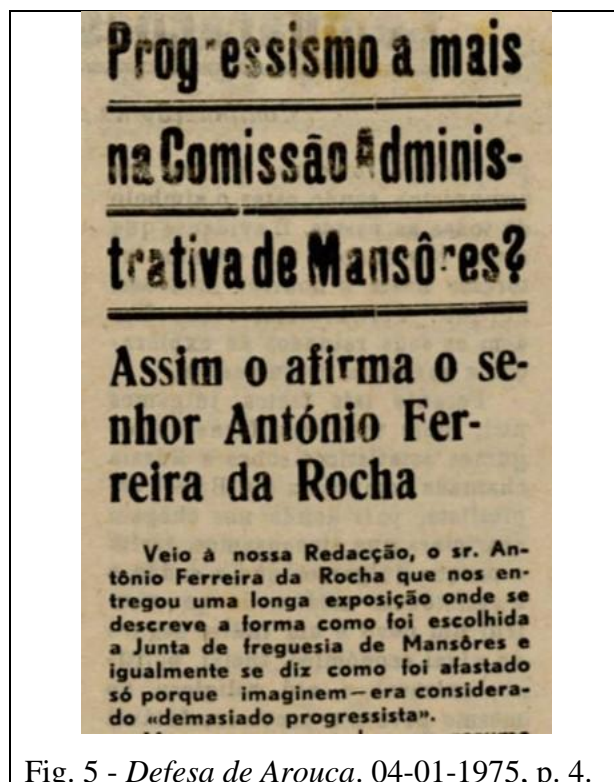


Fig. 5 - Defesa de Arouca. 04-01-1975, p. 4.

Essas foram as primeiras eleições democráticas e universais autárquicas. No caso da Assembleia (e Junta) de Freguesia, ganhou por maioria absoluta a Candidatura Democrática Independente de Mansores e e saiu derrotado o PPD/PSD, não havendo sequer candidaturas de esquerda. No caso das eleições para a Câmara Municipal, os votos dos eleitores da freguesia no PPD/PSD e no CDS, somados, ficaram muito perto dos 90%.

Concorrentes	Votos	%	Mandatos
GR.I	295	53,15	4
PPD/PSD	227	40,90	3
Em branco	16	2,88	
Nulos	17	3,06	
<b>Votantes</b>	<b>555</b>	<b>73,61</b>	
Abstenções	199	26,39	
Inscritos	754		
Total de mandatos			7

Quadro 1 - Eleições de 12 de dezembro de 1976 para a Assembleia de Freguesia

Concorrentes	Votos	%
PPD/PSD	334	60,18
CDS	154	27,75
PS	33	5,95
FEPU	12	2,16
Em branco	14	2,52
Nulos	8	1,44
<b>Votantes</b>	<b>555</b>	<b>73,61</b>
Abstenções	199	26,39
Inscritos	754	

Quadro 2 - Eleições de 12 de dezembro de 1976 para a Câmara Municipal

Em abril de 1975 e em abril de 1976, as eleições para a Assembleia (Constituinte e da República) tiveram os resultados que se podem ver nos quadros 3 e 4.

Concorrentes	Votos	%	Concorrentes	Votos	%
PPD	426	62,83	AD	641	86,27
CDS	156	23,01	PS	51	6,86
PS	46	6,78	PDC	11	1,48
PCP	9	1,33	UDP	8	1,08
MDP/CDE	6	0,88	PCTP/MRPP	6	0,81
MES	5	0,74	APU	5	0,67
FEC(M-L)	2	0,29	PSR	4	0,54
PUP	2	0,29	UEDS	0	0,00
Em branco	26	3,83	Em branco	3	0,40
Nulos	0	0,00	Nulos	14	1,88
<b>Votantes</b>	<b>678</b>	<b>96,31</b>	<b>Votantes</b>	<b>743</b>	<b>93,58</b>
Abstenções	26	3,69	Abstenções	51	6,42
<b>Inscritos</b>	<b>704</b>		<b>Inscritos</b>	<b>794</b>	

Quadro 3 - Eleições de 25 de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte

Quadro 4 - Eleições de 25 de abril de 1976 para a Assembleia da República

Não havendo na freguesia publicações periódicas, coletividades ou movimentos sociais ou profissionais, não subsistiram, além dos referidos resultados eleitorais, registos escritos que permitam medir o comportamento cívico e político da comunidade local. A fonte textual mais próxima da qual se pode tentar inferir o ambiente local vivido nos meses que se seguiram à revolução é a imprensa local, mas sendo de âmbito concelhio, não representa uma freguesia apenas. Por exemplo, o já referido jornal *Defesa de Arouca*, a 11 de maio noticia a substituição do diretor, a 18 de maio noticia a realização de um comício em Arouca, a 22 de junho noticia a demissão do presidente da Câmara Municipal, a 13 de julho refere-se a um comício havido na freguesia de Canelas (a 30 km de distância de Mansores), mas nestes e nos meses seguintes nada noticia sobre ações ocorridas na freguesia de Mansores e relacionadas com a mudança de regime.

### 3. DEPOIS

#### 3.1. Impactos sociais e económicos

Num louvável exercício de registo de memória social sobre a construção do movimento camponês nas regiões do Centro e Norte nos meses e anos que se seguiram a 25 de abril de 1974, Vasco Paiva menciona por diversas vezes ocorrências e envolvimentos das comunidades do território de Arouca no contexto do movimentos e organizações de agricultores dos anos 1974 a 1975. “Em 1 de junho [de 1974] realizou-se um comício popular em Arouca, com a presença de 1.000 pessoas, dirigido pelo Padre João

Rodrigues (...) em que exigiram a devolução dos baldios”<sup>22</sup>. Porém, a questão dos baldios afetava particularmente as comunidades de freguesias de outra zona do concelho; em Mansores a partilha dos baldios fizera-se genericamente entre 1876 e 1917<sup>23</sup>. Mesmo que ainda em 2011, segundo registo da Câmara Municipal de Arouca<sup>24</sup>, existisse em Mansores uma área baldia residual, de cerca de 10ha, esta pertencia à Junta de Freguesia. Nos anos quentes da democratização do país, a questão dos baldios colocou-se, pois, bem perto, mas, ainda assim, fora do perímetro da freguesia.

Também a questão da extinção dos foros não se colocou em Mansores no pós-25 de Abril, pese embora tenha levado à criação, em julho de 1975, de um assim designado “Movimento de Extinção dos Foros” com significativas ações no Centro e Norte<sup>25</sup>. Na freguesia não se pagavam foros significativos em 1974. Porém, até 1973 os orçamentos e as contas da Junta tinham entre as suas poucas rubricas de receita uma rubrica relativa aos foros dos montes<sup>26</sup>. Ainda, recuperámos a história contributiva do foro do “campo da Cortinha”, no lugar do Vale, Mansores, paradigmático do grau de minúcia da economia de minifúndio da região. Em tempo da Monarquia este campo pagava um foro à Confraria do Santíssimo Sacramento de Mansores; com o advento da Primeira República e com a Lei da Separação, o campo foi expropriado e passou para a propriedade do Estado, a quem o enfiteuta (rendeiro) tinha de pagar o foro. Mais tarde, a propriedade foi comprada; contudo, o proprietário, apesar de ter o domínio útil da propriedade, teve de manter o pagamento anual do foro ao Estado. Em 1972, o proprietário requereu, através da repartição de Finanças de Arouca, a remissão do foro e do laudémio a que estava obrigado. Tendo-lhe sido autorizada, celebrou com o Estado um auto de remissão no dia 30 de janeiro de 1974, portanto, às portas da mudança de regime ocorrida em 1974<sup>27</sup> e dois anos antes do Decreto-Lei n.º 195-A/76, de 16 de março, que determinou a abolição dos foros sobre prédios rústicos.

Importante e impactante foi o surgimento da previdência rural. Em Mansores, nos anos 70, a Agricultura continuava a ser a principal atividade económica. Mas, recordemos

---

<sup>22</sup> Vasco PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, Coimbra, Lápis de Memórias, 2023, p. 23.

<sup>23</sup> Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores, *Processos de partilha dos baldios*; ANTT, *Livros de desamortização e foros*, liv. 5, fl. 175-179v.

<sup>24</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA, *Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 2011.

<sup>25</sup> PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 32-38.

<sup>26</sup> Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores, *Livros de atas da Junta de Freguesia e Registo de contas de receita e despesa*

<sup>27</sup> O processo conducente à remissão do foro está no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, cód. ref.: ACMF/Arquivo/DGFP1/AVE/ARO/FOROS/027.

que à entrada para 1974 “os agricultores, por lei, não tinham direito a abono de família (...) as reformas eram baixas, verificava-se uma discriminação entre homens e mulheres e as viúvas nem sequer tinham pensão”<sup>28</sup>. A *Defesa de Arouca* anunciou na edição de 1 de junho de 1974 várias medidas sociais em preparação pelo Governo, entre as quais o aumento significativo das pensões mínimas de reforma e invalidez e o projeto de substituição dos sistemas de previdência e assistência, porque “O novo regime é o regime do povo. E o povo das nossa aldeias, o povo que desconhece, infelizmente, todos os meandros da política, irá pouco a pouco aperceber-se da injustiça que durante tantos anos lhe norteou a vida”<sup>29</sup>. Em resposta a esta injustiça, nasceu em Coimbra, em 1975, o Movimento de Agricultores para uma melhor Previdência Rural, e a sua ação também se estendeu ao distrito de Aveiro, sendo que a Casa do Povo de Arouca foi uma das 12 que deram contributos para o caderno reivindicativo que aquele movimento aprovou no 1.º Encontro sobre Previdência Rural realizado em fevereiro de 1977<sup>30</sup>. Da ação deste Movimento, mesmo que não a tenhamos documentado, presumimos que beneficiaram diretamente os muitos agricultores de Mansores, para os quais até então a previdência social era limitadamente prestada por via da Casa do Povo de Arouca.

Voltemos ao testemunho de António Fernando Pereira Miranda. Na primavera de 1974 estava na chamada 4.ª classe, e era dos mais novos da turma; antes da revolução, a professora previa levar a exame da 4.ª classe apenas uma seleção de alunos que entendia mais bem preparados, porque a taxa de aprovação tinha consequências diretas no seu salário, pelo que António, testemunha o próprio, fazia parte do grupo que não iria a exame e estaria destinado a reprovar. A revolução valeu-lhe, pois permitiu que todos os alunos fossem a exame. Foi e passou. Sendo de condição social pobre (o pai morrera e a mãe tinha poucos recursos para sustentar uma prole numerosa), foi-lhe oferecida a possibilidade de frequentar um colégio Salesiano que à época funcionava em Arouca; aproveitou a oportunidade, estudou com apoios públicos e tornou-se professor. É dos pouquíssimos conterrâneos da sua geração que frequentaram o ensino superior e, portanto, um exemplo concreto de ascensão social por via da educação.

---

<sup>28</sup> PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 70.

<sup>29</sup> *Defesa de Arouca*, n.º 964, 01-06-1974, p. 3.

<sup>30</sup> PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 75.

### 3.2. Os retornados e o projeto da Cooperativa de Desenvolvimento de Arouca (CODA)

O ano de 1975 ficou particularmente marcado, também em Arouca, pela chegada dos *retornados*. A Câmara Municipal criou um gabinete para apoio à criação de emprego e pequenos negócios por parte destes cidadãos chegados das Províncias Ultramarinas. Em meados de 1976 foi criada na vila de Arouca, por iniciativa de alguns desses *retornados*, uma cooperativa chamada Cooperativa de Desenvolvimento Agrícola de Arouca, a qual ficou conhecida pelo seu acrónimo, CODA.

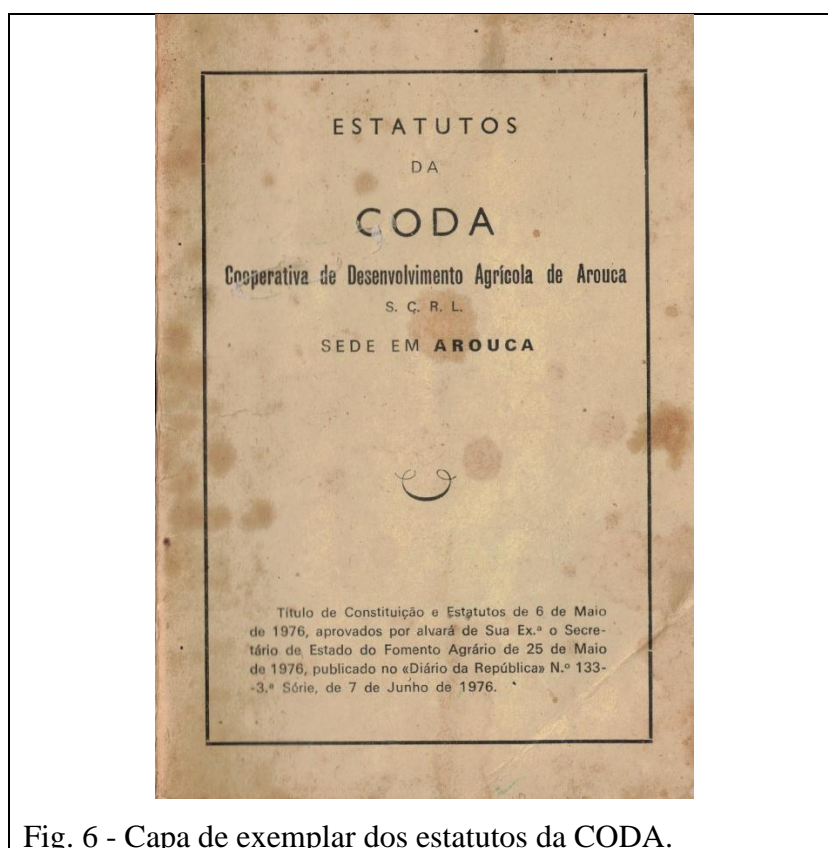


Fig. 6 - Capa de exemplar dos estatutos da CODA.

A CODA, embora sempre tivesse por objetivo representar todo o concelho de Arouca, esteve particularmente ligada à freguesia de Mansores por várias razões. Sublinha-se que fez em Mansores o seu maior investimento, comprando um terreno e projetando nele um grande complexo de transformação de madeiras; e o seu principal mentor e primeiro presidente da direção foi António Teixeira Pereira da Conceição, natural de Mansores e também ele um *retornado*.

A cooperativa pretendeu envolver-se nas atividades económicas de maior expressão do concelho: a agropecuária e a silvicultura, assessorando os agricultores, promovendo o

escoamento dos seus produtos e integrando também a valência típica das cooperativas de consumo. Teve planeadas as seguintes *secções*: compra e venda, serviços de procuradoria, máquinas agrícolas, construção civil, coelhos, frutas, vinhos, madeiras e farinhas e rações; serviços de carpintaria, serralharia, transportes e compra e venda de mercearias; armazéns distribuídos pelas freguesias para compras e vendas, uma fábrica de latas e de transformação de frutos, outra de farinhas e rações, uma adega de vinhos e uma indústria de transformação de madeiras.

A CODA teve muitos projetos e concretizou alguns deles. Mas contraiu empréstimos que não conseguiu pagar, acumulou dívidas fiscais e três anos depois de criada já não tinha atividade e estava a decidir em assembleia se devia transferir para outra instituição o terreno e o projeto de transformação de madeiras adquirido em Mansores.

Era um projeto totalizante, de certo modo, um projeto gizado por pessoas habituadas a projetos de sucesso nas terras largas e prósperas do Ultramar, mas incapazes de desarmar as desconfianças e o fechamento das comunidades de Arouca daqueles tempos, secularmente habituadas a gerir familiar e integralmente os seus próprios processos de sobrevivência económica. Teve resistências de pessoas e instituições já vocacionadas para o apoio à agricultura local e não foi capaz de se adaptar às difíceis circunstâncias com que se deparou.

António Teixeira Pereira da Conceição envolveu-se em polémicas na imprensa, nomeadamente polemizando com um articulista de pseudónimo *Zé da Vila*, na sequência da publicação regular na *Defesa de Arouca*, entre junho e setembro de 1976, de um boletim chamado *Notícias da CODA*. Da leitura do boletim e da polémica na imprensa compreende-se a relação da CODA com o drama dos *retornados*. Tomemos este texto de sua autoria:

“Como a ideia inicial [da CODA] foi dos retornados, e como os RETORNADOS são alvo fácil para todas as calúnias e maledicências mercê duma mentalização feita nesta gente ignorante por sabidos políticos aliados do Diabo desde há muito tempo; vai daí, é com base na ‘classe dos retornados’ que pretendem à viva força criar (neste País sem classes) que são assestados os ataques contra a CODA. Imaginávamos que, nesta altura, já seria possível falar-se apenas na CODA e esquecer-se esta maldita palavra RETORNADOS que ainda há de ser dor de consciência para muito boa gente. Pois atualmente os associados da CODA que não são retornados devem ser cerca de 80% do total; e cerca de 30% dos

trabalhadores da CODA não são nem nunca foram colonialistas, retornados, exploradores de pretos ou brancos, nem sequer emigrantes. Antigamente os tais retornados ou colonialistas, quando cá vinham passar as suas férias, em bons carros e com dinheiro, viam os seus sapatos lambidos pelas mesmas pessoas que hoje quase vomitam ou morrem de síncope só em olhar para eles, porque eles foram miseravelmente traídos e roubados e estão pobres; essas pessoas dedicam-se agora inteirinhas a adular e lambar as botas aos nossos irmãos emigrantes chegados do Brasil, da França, da Alemanha ou de outro lado qualquer. Dizem que ‘estes’, sim, estes são diferentes. Basta apreciar a maneira diferente como uns e outros são tratados em qualquer lado, numa maneira especial naquilo a que na nossa terra chamam pensões. Que estes nossos irmãos tenham os olhos bem abertos, que se deixem de generosidades com tal gente ou escumalha, pois serão traídos, abandonados e mesmo condenados se infelizmente amanhã lhes caírem em cima desgraças, como a nós sucedeu. E, em muitos casos, será a própria família, que agora os mete no coração, que os virá a pôr fora da porta, a meter em palheiros ou currais e, por cima, a inventar as maiores calúnias contra eles a fim de sossegarem as suas próprias consciências.”<sup>31</sup>

Quase meio século passado, não podemos ficar indiferentes a esse grito de dor e abandono.

Mesmo criada dois anos após a revolução de Abril, a CODA chegou tarde. Já em 1944 fora criada, na sede do concelho, a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Lacticínios de Arouca, a terceira da região e uma das fundadoras da LACTICOOP<sup>32</sup>, e o Grémio da Lavoura continuava ativo. A cooperativa arouquense trouxera, entre fins dos anos 60 e inícios dos anos 70, grande dinamismo ao setor leiteiro da freguesia, agindo como intermediária da LACTICOOP, tirando o protagonismo que fora da Lacto-Lusa, de Vale de Cambra, e construindo postos de recolha de leite, um em cada um dos seguintes lugares: Avitureira, Agradas, Estrada, Ribeira e Vila, além de promover a criação de duas ordenhas mecânicas coletivas, uma na Bouça e outra na Mata. E, voltando a 1944, quase por premonição, também nesse ano foi criada, com sede em Mansores, uma outra cooperativa, denominada Cooperativa Agrícola dos Agricultores Exploradores de Árvores Florestais do Concelho de Arouca (CAAEAFCA), a qual nem sequer há

---

<sup>31</sup> *Defesa de Arouca, 09-07-1976*, p. 4.

<sup>32</sup> PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 184-85.

memória de que tenha chegado a ter atividade, e a sua existência esfumou-se no tempo<sup>33</sup>. Por tudo isto, não só, mas também, a CODA não singrou.

Em entrevista que realizámos a 14 de maio de 2024 a José Artur de Almeida Gomes, outro *retornado*, que integrou desde a primeira hora os corpos sociais da CODA e foi funcionário daquela cooperativa, ficámos a saber que a CODA teve um arranque fulgurante e promissor: abriu 5 lojas no concelho, onde vendeu rações, adubos e outros bens; comprou frutas, hortícolas e outros produtos aos pequenos agricultores e revendeu-os em mercados do Porto; adquiriu uma linha de engarrafamento mecanizado de vinho e comercializou vinho da região, edificou algumas moradias, etc. Segundo nos testemunhou o entrevistado, em certo momento a CODA foi informada de que teria de alterar a sua natureza jurídica, convertendo-se em Sociedade para continuar a ser elegível para os empréstimos bancários de que necessitava; porém, António Teixeira Pereira da Conceição persistiu na figura da Cooperativa e isso implicou o fim do financiamento à mesma.

### 3.3. As casas económicas

A 25 de abril, não de 1974, mas de 1918, o Governo publicou o decreto n.º 4137, estabelecendo várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas a fim de alojar as “classes menos abastadas”. A vaga de *retornados* trouxe também a Mansores, na segunda metade dos anos 70, o então chamado *problema da habitação*, que foi à época um dos temas mais presentes na sociedade e na política nacional. O Governo, aliás, criou um programa específico para a resolução deste problema. Foi no quadro deste programa que esteve prevista em 1977 a construção, no sítio do *visó* das Agradas, de uma pequena urbanização de sete casas pré-fabricadas, também chamadas casas económicas<sup>34</sup>. O processo arrastou-se e em inícios de 1985 foi tornado público que vários moradores se opunham à sua implementação<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES EXPLORADORES DE ÁRVORES FLORESTAIS DE AROUCA, *Estatutos*, S.l., [1944]. Os estatutos foram aprovados por alvará do Ministro da Economia, de 21 de julho de 1944, publicado no Diário do Governo n.º 174, 2.ª série, de 28 de julho do mesmo ano, nos termos do Decreto n.º 4.022 de 29 de março de 1918.

<sup>34</sup> *Jornal de Arouca*, n.º 10, 16-06-1977, p. 3.

<sup>35</sup> O Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores conserva um processos com um ofício da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, a planta topográfica do local onde iriam ser instaladas as casas pré-fabricadas e o abaixo-assinado que deu entrada na Câmara Municipal de Arouca a 5 de julho de 1978 e no qual um conjunto de habitantes do lugar onde estavam projetadas as casas pré-fabricadas protestavam e se expressavam lesados pelo projeto, advogando que: a urbanização iria inutilizar um caminho e “iríamos ser prejudicados por pessoas de fora do lugar e possivelmente de fora da freguesia, quando um morador do

Simultaneamente, chegou a estar pensada a construção de blocos residenciais para cerca de 60 moradias em local próximo do complexo madeireiro da CODA. Mas, também este projeto não saiu do papel.

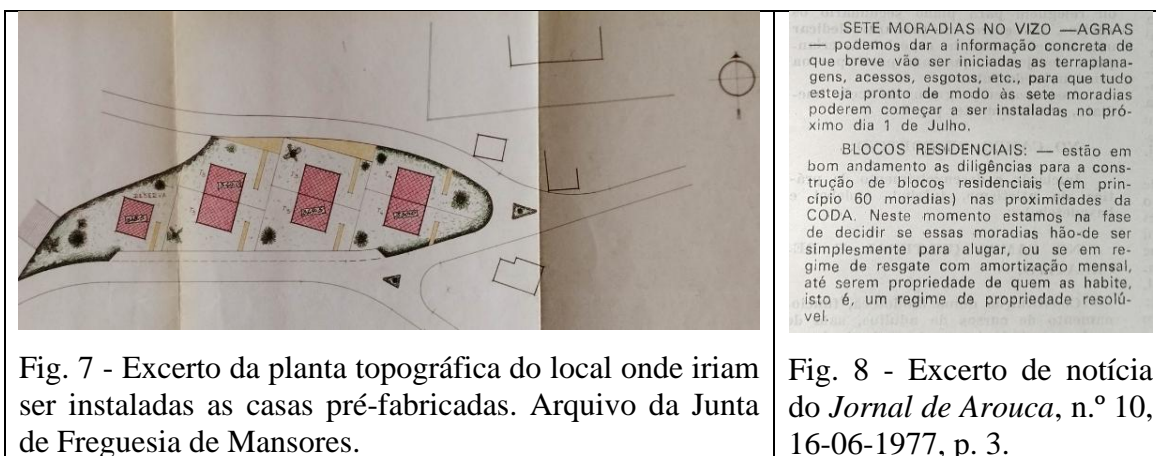


Fig. 7 - Excerto da planta topográfica do local onde iriam ser instaladas as casas pré-fabricadas. Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores.

Fig. 8 - Excerto de notícia do *Jornal de Arouca*, n.º 10, 16-06-1977, p. 3.

## Conclusão

Como apontámos, Mansores era em 1974 uma comunidade rural, mal servida de comunicações e distante de grandes centros, sem fábricas, habituada a sobreviver à custa da pequena agricultura familiar de minifúndio e de outros ofícios de autossubsistência e, à semelhança do resto do país, beneficiou da viragem política ocorrida com a revolução de abril desse ano. A ausência de conflitos bélicos, a maior liberdade de expressão, de organização, de circulação e de empreendedorismo por parte dos cidadãos, e os incentivos financeiros do Estado e da União Europeia, entre muitos outros aspetos, concorreram para que o pós-25 de Abril tenha sido o período com maior desenvolvimento económico e mais mudanças sociais na Freguesia. Hoje, a localidade acolhe a zona industrial com maior volume de faturação do concelho e algumas empresas *PME Líder*, e tem o Porto a meia hora de distância por rodovia.

Querendo conhecer a receção e a memória construída localmente a respeito da revolução de abril de 1974, partimos da perceção de que tinha havido – à data e ao longo das décadas seguintes – uma quase indiferença ou apatia da comunidade de Mansores a respeito deste acontecimento fundador da Democracia em Portugal. Com algumas sugestões de enquadramento, procurámos compreender o contexto local que recebeu aquele evento histórico e identificámos matizes e evidências de ações e reações locais. Apresentámos as tendências políticas da comunidade à época, em que a expressão eleitoral dos partidos de esquerda foi residual.

---

lugar das Agrads pediu para construir uma casa neste sítio e lhe foi negada a venda do terreno para a mesma.”

Apresentámos alguns exemplos das mudanças trazidas pelo novo regime político, particularmente a nível económico e social, e dois casos concretos de projetos (a CODA e as casas económicas) que, mesmo gorados, foram expressão local de problemas nacionais.

## **Fontes e bibliografia**

### Fontes de arquivo

Aquivo Histórico Militar

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores

### Imprensa

*Defesa de Arouca*

*Expresso*

*Jornal de Arouca*

### Entrevistas

Agostinho Gomes da Rocha e Guilhermina Rosa da Conceição, 26 de agosto de 2008

António Fernando Pereira Miranda, disponível em <https://www.facebook.com/4540jovem>

Domingos da Conceição Moreira, 23 de maio de 2024

José Artur de Almeida Gomes, 14 de maio de 2024

Natalino Oliveira Ferreira da Silva, 24 de abril de 2024

Nelson da Conceição da Rocha, várias datas

### Bibliografia

AAVV, 25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições. Coord. Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 2024.

BARRETO, António, *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal, 1974-1976*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA, *Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 2011.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES EXPLORADORES DE ÁRVORES FLORESTAIS DE AROUCA, Estatutos, S.l., [1944].

MONIZ, Egas, *A nossa casa*, Lisboa, Paulino Ferreira, imp. 1950.

PAIVA, Vasco, *O desbravar dos caminhos*, Coimbra, Lápis de Memórias, 2023.

*RELAÇÃO dos agentes, pessoal administrativo e auxiliar da Ex-PIDE/DGS*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos, 1975.

ROCHA, José António, *O livro de Mansores*, Mansores, Bucólica, 2024. No prelo.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, S.l., Círculo de Leitores, 1994.

SAMARA, Maria Alice; HENRIQUES, Raquel Pereira, “Breves retratos de Portugal no tempo de Salazar”, in *Circular Informação, Associação de Professores de História*, Setembro 2014.

VARELA, Raquel, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1975-75*, Lisboa, Bertrand, 2014.